

Painel: Cooperação, integração e desenvolvimento: as ferramentas da política externa brasileira para o sul (Grupo GRI)

Organizadora: Maria Caraméz Carlotto (UFABC)

mariacarlotto@yahoo.com.br

Comentador: Pedro Barros (IPEA)

pedro.barros@ipea.gov.br

Ponencias:

Sumário

Neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo: integração regional sul-americana e ideologia.....	2
O Atlântico Sul e a Integração Sul-americana: uma aproximação geopolítica	14
A Agenda do Brasil para a Ilha das Guianas: integração física, cooperação e novos aspectos do regionalismo no norte da América do Sul.....	29
A cooperação técnica brasileira e a busca pela inserção na “sociedade do conhecimento”: da subordinação norte-sul à aliança estratégica sul-sul?.....	46

Neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo: integração regional sul-americana e ideologia¹

Fabio Luis Barbosa dos Santos, Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo Professor do Curso de Relações Internacionais da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo)

Prof. Dr. Relações Internacionais
Universidade Federal de São Paulo
faboroso@gmail.com

Resumo:

Este texto objetiva contribuir para com o debate em torno do sentido da integração regional sul-americana em curso protagonizada pelo Brasil. Nossa hipótese é que existe uma correspondência ideológica entre a proposição de que as gestões petistas avançam um projeto neodesenvolvimentista para o país, e o diagnóstico de que está em curso uma integração regional “desenvolvimentista” ou “pós-liberal”, cuja premissa comum é uma minimização das continuidades estruturais determinadas pela política macroeconômica neoliberal praticada pelas gestões petistas desde 2003.

Palavras-chave:

Integração Sul-americana; neodesenvolvimentismo; neoliberalismo.

1. Introdução

Em um movimento que se confunde com a própria globalização, a aceleração das tendências à financeirização do capitalismo pressionou por uma abertura econômica multilateral no contexto do colapso soviético, associada à difusão da agenda política identificada com o neoliberalismo, em um processo cuja racionalidade reforçou a liderança geopolítica dos Estados Unidos e culminou com a institucionalização de um regime multilateral de comércio referido a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994². Projetos de integração regional voltaram ao debate político nesta conjuntura, que assistiu a formação de blocos econômicos nos marcos da concorrência intracapitalista, como a APEC (Asia- Pacific Economic Cooperation - 1989) e a União Europeia (1992).

Expressão regional deste movimento, a implementação de um acordo de livre comércio entre Estados Unidos, México e Canadá em 1994 (NAFTA - North American Free Trade Agreement) selou o atrelamento da política externa mexicana aos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que a administração Bush lançou na 1ª Cúpula das Américas em Miami o projeto da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas). Diante deste cenário, a diplomacia brasileira visualizou progressivamente a América do Sul como referência geográfica de um projeto de liderança regional, perspectiva que se materializou

1 Trabalho preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015. Integra o projeto de pesquisa: “Neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo: o sentido do projeto de integração sul-americana liderado pelo Brasil”, pela Fapesp.

2 Ver a respeito: BRENNER, Robert. *O boom e a bolha. Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003; GOWAN, Peter. *A roleta global*. Rio de Janeiro: Record, 2003; PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. ‘Capitalismo global e império norte-americano’. IN: _____. *Socialist register 2004: O novo desafio imperial*. PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006, ps. 19-70.

em uma aproximação entre o Mercosul e a CAN (Comunidade Andina das Nações), como uma estratégia para a constituição de um bloco econômico alternativo no espaço sul-americano³. É neste contexto que surgiu, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a proposta da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana), constituída como um mecanismo institucional de coordenação de ações dos doze países da América do Sul, com o objetivo de construir uma agenda comum de infraestrutura nas áreas de transportes, energia e comunicações⁴.

Proposta em uma cúpula de presidentes sul-americanos em Brasília em 2000, originalmente pensada como a dimensão de infraestrutura de um projeto de integração regional referenciada no regionalismo aberto, a IIRSA foi retomada pelo governo Lula, a despeito de mudanças na política externa proposta por esta gestão. Com a constituição da UNASUL em 2008, a iniciativa foi incorporada ao Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) desta organização no ano seguinte, consumando uma situação paradoxal, na medida em que a iniciativa converteu-se no esteio material de uma organização identificada com um projeto de integração regional que postulava uma inversão das premissas que orientaram sua constituição original.

Autores identificam no contexto em que foi proposta a IIRSA, ainda na gestão Cardoso, um reconhecimento da necessidade de reorientar os parâmetros da política externa até então prevalente. Embora sinalizando para uma integração sul-americana referenciada no que a CEPAL descreveu neste momento como um “regionalismo aberto” – uma modalidade de integração regional orientada à abertura comercial multilateral -, a ênfase em uma agenda para a América do Sul nos dois últimos anos deste governo emergiu, simultaneamente, como uma forma de contornar a crise do Mercosul e avançar no processo de integração regional, entendida como premissa para recuperar autonomia diante dos Estados Unidos no contexto da administração Bush⁵. Segundo Cervo, três fatores confluíram para este movimento, que seria consolidado na gestão seguinte: a constatação do malogro das experiências neoliberais nos anos 1990 na América Latina, atestado por dados da CEPAL; a percepção de que os países do centro não aplicavam as medidas que recomendavam aos países do subcontinente; e a subsistência de um pensamento crítico no Brasil e na América Latina, que serviu como substrato para a formulação de um norte alternativo para a diplomacia no país e na região⁶.

³ IPEA. *Inserção internacional brasileira: temas de política externa*. Brasília: IPEA, 2010. FUNAG. *A América do Sul e a integração regional*. FUNAG: Brasília, 2012. LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (orgs.). *Agenda sul-americana : mudanças e desafios no início do Século XXI*. Brasília : FUNAG, 2007.

⁴ A IIRSA se materializa em um conjunto de projetos de integração da infraestrutura regional, projetados a partir de 9 Eixos de Integração e Desenvolvimento, segundo uma lógica de integração da infraestrutura orientada à circulação de mercadorias. O relatório de 10 anos da iniciativa, publicado em 2011, enumerava 524 projetos, com investimento estimado em 96 bilhões de dólares distribuídos em 47 grupos vinculados aos diferentes Eixos de Integração e Desenvolvimento. As obras são financiadas por órgãos de financiamento multilateral como o Banco do Sul, CAF (Corporação Andina de Fomento), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e são executadas, na maior parte, por empreiteiras brasileiras de atuação internacional. Dados extraídos de: *IIRSA 10 anos depois: Suas conquistas e desafios*. Buenos Aires: BID – INTAL, 2011.

⁵ VIZENTINI, Paulo. ‘O Brasil e o mundo, do apogeu à crise do neoliberalismo: a política externa de FHC a Lula’. *Ciências e Letras*, n 37, 2005, p. 317-331.

⁶ CERVO, Amado Luiz. ‘Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático’. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 46, n. 2, Dec. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 21 June 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000200001>.

Para se diferenciarem em relação a política externa anterior, os simpatizantes da política externa petista referem o projeto de integração regional em curso a uma inflexão na diplomacia brasileira, em sintonia com a ascensão de governos progressistas de diferentes matizes entre o final dos anos 1990 e o início do século XXI no continente, questionando as políticas neoliberais domésticas e regionais prevalentes⁷. Neste contexto, o Estado brasileiro teria abandonado o regionalismo aberto característico dos anos anteriores em nome de uma política que enfatiza a integração sul-americana como estratégia de inserção internacional soberana, descrita como “regionalismo desenvolvimentista” ou “pós-neoliberal”⁸. Nesta perspectiva, sugere-se que esta modalidade de integração promoverá “a integração física entre os interiores dos países, passo fundamental para a integração de cadeias produtivas de fornecedores e produtores relacionados, objetivando a formação de economias de escala e a própria integração das sociedades sul-americanas”⁹.

No entanto, os argumentos que sustentam esta leitura não se mostram convincentes¹⁰, e esta proposição tem sido problematizada por diversas evidências políticas, que incluem o paradoxo vivenciado pela diplomacia brasileira na crise que culminou na deposição do presidente Fernando Lugo no Paraguai em 2011¹¹, além dos numerosos conflitos socioambientais envolvendo a expansão das empreiteiras brasileiras no continente, apoiada na atuação controversa do BNDES¹², o que levou um analista a descrever a IIRSA como uma espécie de PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para a América do Sul, sugerindo que esta cooperação responde aos interesses de internacionalização destas empresas. Nesta perspectiva, esta modalidade de integração é vista como um processo de organização do território em unidades de negócio, no qual a IIRSA constitui “uma metodologia de repasse de recursos naturais, mercados potenciais e soberania a investidores privados, em escala continental, com respaldo político e

⁷ Os trabalhos organizados ou de autoria de Darc Costa são referências desta posição. COSTA, Darc (org.). *América do Sul: integração e infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011. _____. ‘Integrar é desenvolver a América do Sul’ In: *Integração da América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2010, ps 47-70. As posições de Costa são explicitamente questionadas por: GUDYNAS, Eduardo. ‘As instituições financeiras e a integração na América do Sul’. In: VERDUM, Ricardo (org.). *Financiamento e Megaprojetos. Uma interpretação Da dinâmica regional sul-americana*. Brasília: Inesc, 2008, p. 21-47.

⁸ Um conjunto representativo de textos afinados com esta perspectiva se encontra em: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.

⁹ DESIDERA NETO, Walter; TEIXEIRA, Rodrigo. “La recuperación del Desarrollismo en el Regionalismo Latinoamericano”. In: _____. *Perspectivas para la integración de América Latina*. Brasília: IPEA, 2012, p. 32.

¹⁰ Referindo-se à incorporação da IIRSA pelo Cosiplan em uma perspectiva de apoio crítico, Padulla e Couto reconhecem importantes elementos de continuidade: “A carteira geral seguiu os critérios da Carteira IIRSA, e não foi apresentada nenhuma metodologia (nova ou avanço metodológico) que considere a priorização da lógica integracionista (impactos à integração intra-regional) sobre a lógica geoeconômica de corredores de exportação.” PADULLA, Raphael; COUTO, Leandro. ‘Integração da infraestrutura na América do Sul nos anos 2000: Do regionalismo aberto às perspectivas de mudança.’ In: SERBIN; MARTÍNEZ; RAMANZINI JR, Op. cit, p. 465.

¹¹ SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. ‘A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina’. *Cadernos PROLAM/USP*, v. 22, p. 25-37, 2013.

¹² Consultar a respeito: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

segurança jurídica.¹³” *No plano teórico, ressurgem reflexões que resgatam, de modo explícito ou não, as proposições de Rui Mauro Marini nos anos 1970, apontando para o que este autor descreveu como um “subimperialismo brasileiro”¹⁴”.*

Em última análise, a polêmica em torno do caráter da IIRSA e o projeto de integração regional em curso no subcontinente remete a uma apreciação sobre o sentido das gestões presidenciais petistas no Brasil. De modo geral, observa-se uma tendência em estabelecer uma correspondência entre “regionalismo desenvolvimentista” ou “pós-neoliberal”, e um projeto nacional “neodesenvolvimentista”, ou “pós-neoliberal”¹⁵.

2. Neodesenvolvimentismo e integração regional

O caráter ideológico da proposição neodesenvolvimentista foi explicitado em numerosos trabalhos que explicitam o caráter conservador da política econômica dos governos petistas. O sentido geral do movimento foi sugerido por Leda Paulani, ao mostrar como se consumou no governo Lula um processo iniciado durante as gestões Cardoso, orientado a fazer do Brasil uma “plataforma de valorização financeira internacional”. A abertura do mercado brasileiro de títulos públicos e a abertura financeira do país por meio de alterações nas contas CC5 entre 1992 e 1994 criaram “a forma e a substância” da inserção do Brasil nas finanças mundializadas, confirmando seu papel como emissor de capital fictício, e criando assim as condições para a implementação do Plano Real. Nos marcos deste movimento, a promulgação da lei de responsabilidade fiscal (2000) sinalizou para os fundamentos jurídicos e políticos da almejada “credibilidade” internacional, convertida em eufemismo do que Paulani descreve como “servidão financeira”, uma vez que a manutenção da “confiança dos mercados” supõe a permanente subordinação da política econômica a estes interesses. A inscrição deliberada do governo Lula nesta lógica, que se evidenciou na continuidade macroeconômica mas também nas reformas da previdência e na nova lei de falências aprovadas em seu primeiro mandato, lastreiam a avaliação de que suas gestões constituem “a mais completa encarnação” do neoliberalismo (Paulani, 2008: 10).

No plano ideológico, a política econômica conservadora praticada por um partido identificado com aspirações progressistas ensejou uma redução do debate político aos parâmetros liberais da gestão responsável e portanto, da microeconomia. É neste contexto que prosperou a ideologia neodesenvolvimentista. O denominador comum entre as diferentes formulações neste campo é o diagnóstico de que o país deve buscar uma via alternativa entre a financeirização que caracteriza o neoliberalismo e o nacionalismo

13 NOVOA GARZÓN, Luis Fernando. ‘Brasil, via BNDES reforça caráter regressivo da integração latino-americana’. Entrevista ao Correio da Cidadania, 19/11/2011. Uma síntese crítica a IIRSA sob esta perspectiva em: CECEÑA, Ana Ester; AGUILAR, Paula; MOTTO, Paulo. *IIRSA: territorialidad de la dominación*. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.

14 MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000. FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. 3ed., Rio de Janeiro: UERJ, 2012. LUCE, M. S. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

¹⁵ Por exemplo: “Identificamos, portanto, no discurso durante os dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma clara coerência entre a busca de uma maior inserção soberana na globalização, a retomada da estratégia de um projeto nacional de desenvolvimento e a nova agenda de ativismo estatal”. SCHUTTE, Giorgio Romano. ‘Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional’. *Austral: Revista Brasileira de Estratégias e Relações Internacionais*, v.1, n.2, Jul-Dez 2012, p.63-4. Também: SADER, Emir. *A nova toupeira. Os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2010.

associado ao desenvolvimentismo, recuperando a ênfase nas atividades produtivas em detrimento do rentismo, mas sem incorrer em inflação, populismo fiscal e outras mazelas que remetem ao nacional-desenvolvimentismo. Em suma, Sampaio Junior aponta que o desafio do neodesenvolvimentismo consiste em conciliar

(...) os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social.⁸

Este enfoque releva as contradições entre a inserção internacional brasileira como plataforma de valorização do capital financeiro internacional e a afirmação das bases sociais, econômicas, políticas e culturais do estado nacional, instrumento imprescindível para qualquer projeto de nação. Nesta perspectiva, o ideário neodesenvolvimentista cumpriria uma dupla função política: “diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de ‘neoliberal’ e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas.”

O ideário neodesenvolvimentista encontra correspondência no campo das relações internacionais nas diversas formulações que reconhecem uma inflexão na política externa praticada pelos governos Lula (2003-2010) em relação à dinâmica prevalente nos governos anteriores, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). De modo análogo ao que ocorre na economia, esta leitura é dominante entre os simpatizantes dos governos petistas, apesar do reconhecimento de linhas continuidade entre as gestões e que a prioridade em relação à América do Sul antecede a eleição de Lula em 2002¹⁶. Segundo Amorim, em um texto referente desta guinada, a política externa praticada a partir de então enfatiza: o aprofundamento da integração regional, balizada por uma “aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos”; a retomada da tradição multilateral do Brasil, envolvendo parcerias estratégicas com países afins em todos os continentes e em particular, uma reaproximação com os continentes asiático e africano, embora sem prejuízo das relações harmônicas com os países desenvolvidos; por fim, a inclusão da temática social, expressa na proposição de “uma ação internacional voltada para o combate à fome e à pobreza¹⁷”.

Referenciada a estas diretrizes, a política externa do governo Lula foi analisada sob distintos prismas, e descrita alternativamente como “desenvolvimento temperado” por Vizontini¹⁸; como “autonomia pela diversificação” por Vigevani e Cepaluni¹⁹; analisada em referência a “eixos combinados” por Pecequilo²⁰. Subjacente às diferenças de ordem teórica e política que informam estas análises, observa-se um esforço comum

¹⁶ SILVA, André Luiz Reis da . ‘As transformações matriciais da política externa brasileira recente (2000-2010)’. Meridiano 47 (UnB), v. 120, p. 1-10, 2010.

¹⁷ AMORIM, Celso. ‘Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula’. *DEP- Diplomacia, Estratégia e Política*. Ano 1, n. 1, outubro/Dezembro 2004, p. 41-48.

¹⁸ VIZENTINI, Paulo F. *Relações internacionais do Brasil – De Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

¹⁹ VIGEVAANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. ‘Política externa de Lula: a busca de autonomia pela diversificação’. In: _____. *A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

²⁰ PECEQUILO, Cristina S. “A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 51 (2), 2008, p. 136-153.

para conceder um sentido progressista à política externa de um governo neoliberal, endossando a intenção enunciada pelo ministro Celso Amorim de combinar “a promoção da liberalização comercial e da justiça social”. Assim, a associação espúria entre liberalismo e nacionalismo que caracteriza a ideologia neodesenvolvimentista é replicada, entre outras, na influente análise de Amado Cervo, sugerindo uma mudança de paradigma entre o “Estado normal”, que caracterizaria a gestão FHC e o “Estado logístico”, afirmado pelos governos subsequentes:

A ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro. Funde a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano. Admite, portanto, manter-se na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado²¹.

Por outro lado, as críticas de maior circulação à orientação da política externa das gestões petistas denunciam seu suposto caráter ideológico, procurando associá-la a uma emanção extemporânea do terceiro-mundismo dos anos 1960; a um apoio equivocado a regimes considerados autoritários²²; e a uma expressão infantil de antiamericanismo²³. Em uma resenha das interpretações sobre a política externa do primeiro governo Lula, Almeida indica que análises neste diapasão encontram ampla acolhida em grandes veículos da imprensa nacional a partir de textos produzidos por jornalistas, mas também se evidenciam nos escritos de professores como Marcelo de Paiva Abreu, do departamento de economia da PUC-Rio, e Eduardo Viola, do IREL-UnB. Escrevendo em 2006, o diplomata opina que:

(...) não existe ainda uma “interpretação tory” (isto é, conservadora, ou de direita) da política externa brasileira, cujos fundamentos conceituais continuam solidamente ancorados no desenvolvimentismo e no nacionalismo. Esse fator analítico-interpretativo não permite construir os fundamentos políticos de uma eventual crítica de “direita” (ou “liberal”) à atual política externa, que continuará gozando, aparentemente, de amplo apoio em diferentes segmentos da sociedade²⁴.

No que tange especificamente à projeção regional brasileira, escritos recentes sob esta ótica enfatizam os óbices encontrados pelas gestões petistas para a realização dos objetivos propostos, apontando problemas de liderança e confiabilidade; ausência de uma estratégia de longo prazo; contradições entre os interesses dos países envolvidos, referidos às diferenças na estrutura produtiva; reticências entre os vizinhos em relação a um protagonismo regional brasileiro²⁵. Embora estes e outros problemas sejam reconhecidos por autores de tendência diversa, a reflexão de viés liberal indica um

²¹ CERVO, Amado Luiz. ‘Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático’. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 46, n. 2, Dec. 2003.

²² LAMPRÉIA, Luiz Felipe. ‘Os desafios do Brasil’. In: PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013.

²³ Por exemplo, José Botafogo Gonçalves menciona “o antiamericanismo juvenil e anacrônico do Itamaraty” GONÇALVES, José Botafogo. ‘Por que a ALCA fracassou?’ In: PAZ, Op. cit., p. 106.

²⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto de. ‘Uma nova 'arquitetura' diplomática? - Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006)’. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 49, n. 1, June 2006.

²⁵ Uma síntese destes argumentos em: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio. ‘O papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas.’ *Plataforma Democrática*, Working Paper nº 12, julho de 2011.

potencial esvaziamento, ou quando menos uma revisão do sentido e alcance do projeto de integração sul-americana proposto nos marcos da UNASUL²⁶, embora a importância da região para o Brasil não seja subestimada²⁷:

A despeito da diferença de enfoque, observa-se uma convergência em ambos polos do espectro político em relação à importância de avançar obras de infraestrutura promovendo a integração continental. Neste contexto, a consecução da IIRSA é defendida por autores que se situam nos marcos do regionalismo aberto, como José Gonçalves Botafogo, quem se queixa de que a iniciativa “tem sido pouco prestigiada, quando talvez seja a instituição que mais dinamismo possa dar a integração sul-americana”, e defende a prática de uma “diplomacia infraestrutural”²⁸.

3. Crítica ao regionalismo desenvolvimentista

Assim, as posições associadas às polaridades da política brasileira contemporânea revelam uma concordância fundamental em relação ao padrão de desenvolvimento que se projeta para o país, baseado na exportação de gêneros primários, e que exige uma integração da infraestrutura regional para avançar. Subjacente a ambas leituras está o que Celso Furtado descreveu como “mito do crescimento econômico” como horizonte político. As diferenças entre os enfoques estão referidas aos meios propostos para alcançar este objetivo: enquanto os tucanos apostam na liberalização radical como via para a competitividade internacional, os petistas mobilizam a integração regional para este mesmo propósito, associado ao desígnio de fortalecer o prestígio internacional do país, sob a égide de um mal-disfarçado nacionalismo.

No entanto, analisado do ponto de vista de sua própria racionalidade, este projeto apresenta uma debilidade incontornável, pois supõe uma burguesia identificada com um projeto nacionalista espúrio, baseado em um protagonismo regional que reproduz as assimetrias na divisão internacional do trabalho que caracterizam historicamente a região. No campo das relações internacionais, este dilema foi observado por Vigevani em sua análise sobre a evolução do Mercosul, em que constatou tensões entre a tradição autonomista e universalista da diplomacia brasileira, e os requisitos necessários para aprofundar a integração regional. Em última análise, este autor identifica ambiguidades no comportamento do estrato social que identifica como “elites”, em que o desígnio de liderar a integração regional confronta-se com receios em arcar com os custos políticos e econômicos que este compromisso implica, resultando em limitações no escopo e alcance

²⁶ “Nesta visão, que se apoia em evoluções estruturais da economia brasileira e no crescente protagonismo do Brasil em arenas de negociação globais e multilaterais, um investimento significativo do país na região não é inevitável e nem necessariamente desejável. A integração regional não é vista como elemento essencial da política externa brasileira e a importância atribuída à região deveria ser relativizada à luz dos interesses crescentemente diversificados do país, em termos geográficos. O aumento da integração do Brasil com a economia mundial seria o principal objetivo da estratégia de inserção internacional do Brasil, balizando a sua política regional”. RIOS, Sandra Polónia; VEIGA, Pedro da Motta. ‘O Brasil como vetor da integração regional sul-americana: possibilidades e limites’. *Plataforma Democrática*, Working Paper nº 17, julho de 2011.

²⁷ RICUPERO, Rubens. ‘A sempre anunciada, mas cada vez mais improvável integração latino-americana’. *Revista Política Externa*, V. 18 Nº3, 2009. A posição de Ricupero é matizada por Sorj e Fausto: “Acreditamos que a integração regional fundamentada em sólidas bases institucionais comuns não deveria ser abandonada como aspiração.” SORJ & FAUSTO, Op. Cit.

²⁸ BOTAFOGO, José Gonçalves. ‘Prioridades da política externa brasileira à luz do interesse nacional’ In: PAZ, Op. Cit., 267-8.

deste processo²⁹.

É possível constatar uma dinâmica similar condicionando o processo de integração regional sob a égide da UNASUL, cujas ambiguidades estão referidas, em última análise, aos constrangimentos objetivos para conciliar “um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro”³⁰, nos marcos de uma política econômica ortodoxa. Os óbices para modificar a política econômica brasileira incidem sobre a orientação do processo de integração regional em curso, limitando seu alcance e profundidade. Como decorrência, vislumbra-se uma política que tem como principal vetor econômico a internacionalização de negócios de capital brasileiro, e como principal limite político, os constrangimentos para conciliar um horizonte de integração pautado por um “regionalismo desenvolvimentista”, aos interesses locais vinculados ao capital internacional - tensão que se expressa na reivindicação da tradição universalista da diplomacia brasileira. Longe de ser uma peculiaridade brasileira, dificuldades de natureza similar atravessam a política dos demais países do subcontinente, resultando em pressões que corroboram para restringir a dimensão econômica da integração, relegando o processo, em grande medida, à sua dimensão política³¹.

Esta restrição problematiza os alegados nexos entre neodesenvolvimentismo e regionalismo desenvolvimentista. Uma vez que a dimensão econômica do processo limita-se às obras de infraestrutura nos marcos da IIRSA, iniciativa incubada no âmbito do regionalismo aberto, a proposição de um regionalismo desenvolvimentista envolve uma manobra retórica, evocando uma inflexão de sentido em um projeto que, na sua substância, permanece o mesmo. Sob esta perspectiva, a associação entre o conjunto de obras associadas à IIRSA e um horizonte neodesenvolvimentista está revestida de um caráter duplamente ideológico, pois identifica a expansão de negócios oligopólicos brasileiros com o novo desenvolvimentismo, e na sequência, identifica este novo desenvolvimentismo com uma integração regional pós-neoliberal. Nesta operação, confunde-se interconexão com integração; crescimento com desenvolvimento; interesses oligopólicos com interesse nacional; e a internacionalização de negócios brasileiros com integração pós-neoliberal.

Por fim, confunde-se a gestão de conflitos regionais, principal virtude atribuída a UNASUL, com soberania. Segundo esta chave de leitura, a constituição de organizações regionais que não são conduzidas pelos Estados Unidos é interpretada como um movimento que se opõe aos interesses desta potência, avançando na direção de um mundo multipolar. No entanto, não é esta a visão emanada do Departamento de Estado deste país (Santos, 2013). Às vésperas da formalização da UNASUL por exemplo, Condoleeza Rice expressou o apoio estadunidense ao protagonismo brasileiro nos marcos de um projeto de integração regional. Questionada sobre a iniciativa brasileira de criar um Conselho de Defesa Sul-Americano, instância relacionada aos assuntos de segurança no âmbito esta organização, a então secretária de Estado declarou:

Bem, eu sou completamente a favor da cooperação regional em nível regional, subregional ou em qualquer nível que possamos atingir. (...) Assim, eu não apenas não tenho um problema com isso (*criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano*) como eu confio na liderança brasileira e anseio em coordenar com ela. O que nós não queremos,

²⁹ “Nossa análise sugere de forma clara não existir adequada densidade na sociedade brasileira que estimule o aprofundamento da integração. Consideramos que, por mais que o Mercosul figure no alto das prioridades do Estado, do governo, do ministério das Relações Exteriores, de fato, há hesitação em arcar com os custos e enfrentar as assimetrias existentes.” . VIGEVANI, Tullo et al . O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 51, n. 1, 2008.

³⁰ CERVO, Op. cit.

³¹ SANAHUJA, Op. cit., p. 38.

é claro, é que o hemisfério como um todo não possa cooperar. Mas eu acho que nós temos muitos meios pelos quais isso pode acontecer. E eu deixarei ao Brasil e aos outros quem devem ser os membros deste esforço (RICE, 2008).

Nesta perspectiva, a liderança brasileira pode ser vista como funcional à ordem mundial sob a égide estadunidense. Até o momento, não houve ocorrências em que a intercessão brasileira contrariou os desígnios deste país. A recente mediação da UNASUL na crise venezuelana foi interpretada por alguns como um trunfo regional, em que a intervenção da organização preveniu uma ulterior desestabilização do governo Maduro. Embora esta análise provavelmente seja correta, poucos na Venezuela acreditam que interesse aos Estados Unidos um aguçamento das tensões no país, a despeito da hostilidade militante ao processo bolivariano. Sob este ângulo, observa-se uma ambiguidade na liderança regional do Brasil sob as gestões petistas, uma vez que Mercosul e Unasul abriram um importante espaço internacional para a Venezuela, ao mesmo tempo em que condenaram iniciativas de maior potencial inovador, como a Alba, a uma relativa marginalidade. Assim, é possível interpretar que o papel brasileiro tem sido neutralizar as expressões mais radicais do bolivarianismo, um processo dinâmico cujo sentido está em permanente disputa, *ao mesmo tempo em que multiplicam-se os negócios brasileiros no país.*

De modo análogo, o Brasil interveio em direção contrária aos interesses golpistas endossados pelos Estados Unidos nas recentes crises políticas em Honduras (2009) e no Paraguai (2012). No entanto, em ambos casos esta atuação foi impotente para reverter o curso dos acontecimentos, a despeito de um esforço ostensivo na situação paraguaia. Neste país, explicitou-se um dilema que evidencia as contradições inerentes ao caráter da hegemonia brasileira na região, uma vez que o consistente apoio do governo brasileiro ao empresariado rural brasiguai enrijeceu os óbices enfrentados pelo governo Lugo para avançar ações mínimas de democratização do acesso à terra, enfraquecendo sua posição diante dos interesses que desencadearam o processo de *impeachment* que a diplomacia brasileira foi então, impotente para frear³².

Consumada a destituição, o Paraguai foi suspenso temporariamente do Mercosul, viabilizando o ingresso efetivo da Venezuela. Poucos meses depois, o articulador do golpe elegeu-se presidente, o país voltou ao Mercosul e os negócios prosseguiram como sempre. Este episódio revela os estreitos limites do progressismo atribuído à diplomacia petista, uma vez que o apoio a Lugo nunca contrariou os interesses do agronegócio protagonizado por empresários brasileiros, elo mais fraco de um negócio comandado por conglomerados transnacionais. Ao contrário, há indícios de que a afinidade política lubrifica as cadeias mercantis, facilitando a expansão de negócios brasileiros em países com governos considerados progressistas. O maior empresário rural brasileiro na Bolívia, referiu-se a esta facilidade em uma entrevista:

Agora, nós, Heloisa, temos a garantia do governo brasileiro, sabe, eu acho que, assim como os “brasiguaios” têm a garantia do governo brasileiro, quando acontece alguma coisa lá existe uma intervenção, eu acredito que nós vamos ter a mesma atenção. O governo, o Celso Amorim, ele veio exclusivamente pra falar com a gente; o Celso Amorim, que eu acho um espetáculo o Celso Amorim, então, eu acho que, se acontecer alguma coisa aqui na Bolívia, o governo imediatamente vai intervir, e aí o Lula chama o Evo e fala: “Olha, a propriedade do Nilson Medina foi invadida, ele tem tudo certo, ele cumpre a função social e tudo...” (GIMENEZ, 2010, ANEXO).

32 SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. “A problemática brasiguai e os dilemas da projeção regional brasileira.” In. DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (org.). *O Brasil e Novas Dimensões da Integração Regional*. Brasília: IPEA, 2014 (no prelo).

Em suma, o papel atribuído ao protagonismo regional brasileiro, circunscrito a negócios que se harmonizam com a divisão internacional do trabalho prevalente, como o agronegócio e a construção civil, e a gestão de conflitos regionais, pode ser interpretado como funcional à reprodução capitalista e aos interesses estadunidenses na região.

Conclusão

Existe uma correspondência entre o neodesenvolvimentismo como ideologia da política econômica das gestões presidenciais petistas e a noção de um regionalismo desenvolvimentista, ou pós-neoliberal, como ideologia da política externa praticada por estes governos. A função política em ambos os casos é estabelecer uma clivagem em relação às administrações precedentes pretendendo diferenciar-se em relação à ortodoxia neoliberal, sem que este movimento corresponda a qualquer mudança substantiva, seja na política macroeconômica fundada pelo Plano Real, seja no projeto de integração regional que tem como esteio as obras associadas à IIRSA. Ambos polos do debate tem um fundamento comum remetendo, em última análise, ao mito do crescimento econômico. Esta polarização postiza cumpre uma segunda função política, que é balizar o debate por alternativas que elidem as conexões entre crescimento econômico e o aprofundamento da dependência externa e da assimetria social, que caracterizam o subdesenvolvimento. Proposições que apontam para um padrão civilizatório alternativo, seja em torno do Sumak Kawsay, do bolivarianismo ou do socialismo, não tem voz no país.

Na economia o debate é restringido à microeconomia, discutindo-se, em última análise, o ritmo e a intensidade do aprofundamento da agenda associada ao neoliberalismo. No terreno das relações internacionais, disputa-se a relevância concedida ao Sul em geral e à América do Sul em particular, como espaço privilegiado de expansão de negócios brasileiros. Os parâmetros do debate são estabelecidos por uma ponderação entre ônus e bônus da integração regional, segundo uma racionalidade mercantil. O contraponto à posição petista, que sustenta a importância estratégica da região, foi sintetizado de modo lapidar pela ex-assessora da missão brasileira na OMC, Vera Thorstensen, em sua crítica ao Mercosul: “não adianta casar com pobre”.

A despeito das diferenças de enfoque, a finalidade comum às duas posições é a inserção do espaço econômico brasileiro nos movimentos do capitalismo contemporâneo, como exportador de matérias-primas e plataforma de valorização do capital financeiro. Sob esta perspectiva, a política é sempre instrumentalizada pela economia. Assim, ao contrário do que a retórica do regionalismo pós-neoliberal prega, o sentido do processo integracionista não modificou-se a partir da eleição de governos progressistas imbuídos de um horizonte neodesenvolvimentista, mas há indícios de que a interconexão do subcontinente como um imperativo mercantil ensejou uma instrumentalização da afinidade política entre estes governos em favor de negócios locais e internacionais.

Sob esta ótica, a incógnita analítica que desafia as leituras ancoradas neste campo, procurando explicar como um governo politicamente convencional, socialmente conservador e economicamente neoliberal praticaria uma política externa inovadora, perturbadora dos interesses estadunidenses na região, se desfaz. Explicitado o caráter ideológico da articulação entre neodesenvolvimentismo e regionalismo pós-neoliberal, a política das gestões petistas para a América do Sul emerge como o que ela é, e não mais como o que gostaria de ser: uma instrumentalização da integração regional em favor da internacionalização de negócios brasileiros oligopolizados consonante com a divisão internacional do trabalho prevalente, garantindo ao país uma posição de liderança no subcontinente circunscrita à esfera política, a ser exercida em momentos de crise segundo os estreitos limites tolerados pela potência hegemônica.

7) Referências Bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. *El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo. Una lectura desde la Constitución de Montecristi*. Quito: Fundación Friederich Ebert, outubro 2010.
- _____.; GUDYNAS, Eduardo. 'La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa'. *Utopía y Praxis Latinoamericana* 16 (53), 2011, Universidad del Zulia, Venezuela, p. 71 – 83.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. 'Uma nova 'arquitetura' diplomática? - Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006)'. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 49, n. 1, June 2006.
- AMORIM, Celso. 'Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula'. *DEP- Diplomacia, Estratégia e Política*. Ano 1, n. 1, outubro/Dezembro 2004, p. 41-48.
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha. Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CARMO, Corival Alves do. 'O projeto integracionista bolivariano de Hugo Chávez e o pragmatismo da política externa Brasileira'. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo "post-liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.
- CARVALHO, Guilherme; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: FASE; UFPA, 2009.
- CAYCEDO, Jayme. 'Impacto regional do conflito colombiano na América Latina'. In. CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005
- CECEÑA, Ana Ester; AGUILAR, Paula; MOTTO, Paulo. *IIRSA: territorialidad de la dominación*. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.
- CERVO, Amado Luiz. 'Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático'. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 46, n. 2, Dec. 2003.
- COSTA, Darc. _____. (org.). *América do Sul: integração e infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011.
- _____. 'Integrar é desenvolver a América do Sul' In: *Integração da América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2010, p. 47-70
- DESIDERA NETO, Walter; TEIXEIRA, Rodrigo. "La recuperación del Desarrollismo en el Regionalismo Latinoamericano". In: _____. *Perspectivas para la integración de América Latina*. Brasília: CAF; IPEA, 2012.
- FIORI, José Luis. 'Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional'. In: *Inserção internacional brasileira: temas de política externa*. IPEA: Brasília: IPEA, 2010.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. 3ed., Rio de Janeiro: UERJ, 2012.
- FUNAG. *A América do Sul e a integração regional*. FUNAG: Brasília, 2012.
- FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GIMENEZ, Heloisa Marques. *O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a presença brasileira: uma história incomum*. São Paulo, 2010. Dissertação de mestrado apresentada no PROLAM-USP.
- GONÇALVES, José Botafogo. 'Por que a ALCA fracassou?'. In. PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013.
- _____. 'Desafios da inserção internacional do Brasil: próximos passos'. In. PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013
- GOWAN, Peter. *A roleta global*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GUDYNAS, Eduardo. *Si eres tan progresista ¿por qué destruyes la naturaleza? Neoextractivismo, izquierda y alternativas*. Quito: revista Ecuador Debate N 79, CAAP, 2010.
- IIRSA. *IIRSA 10 anos depois: Suas conquistas e desafios*. Buenos Aires: BID – INTAL, 2011.
- BARTESAGHI, Lúcia; CERONI, Mauricio; DÍAZ, Ismael. *Infraestructura Regional Sudamericana. Otro paso en la explotación de los pueblos y territorios sudamericanos*. Montevideo: Programa Uruguay Sustentable Redes – Amigos de la Tierra, 2006.
- IPEA. *Inserção internacional brasileira: temas de política externa*. Brasília: IPEA, 2010
- LAMPREIA, Luiz Felipe. 'Os desafios do Brasil'. In: PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013.
- LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos (orgs.). *Agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- LUCE, M. S. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Porto Alegre: Universidade Federal do

Rio Grande do Sul, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

NOVOA GARZÓN, Luis 'Fernando. Brasil, via BNDES reforça caráter regressivo da integração latino-americana'. Entrevista ao Correio da Cidadania, 19/11/2011.

PADULLA, Raphael; COUTO, Leandro. 'Integração da infraestrutura na América do Sul nos anos 2000: Do regionalismo aberto às perspectivas de mudança.' In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo "post-liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. 'Capitalismo global e império norte-americano'. IN: _____. *Socialist register 2004: O novo desafio imperial*. PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006, ps. 19-70.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAZ, Leonardo (org.). *O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2013

PECEQUILO, Cristina S. 'A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de política externa do governo Lula (2003-2006)'. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 49, n. 1, June 2006.

RICE, Secretary Condoleezza. *Remarks With Brazilian Foreign Minister Celso Amorim*. Brasília, Brazil, March 13, 2008. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2008/03/102228.htm>>. Acesso em 10/5/2014.

RICUPERO, Rubens. 'A sempre anunciada, mas cada vez mais improvável integração latino-americana'. *Revista Política Externa*, V. 18 Nº3, 2009.

RIOS, Sandra Polónia; VEIGA, Pedro da Motta. 'O Brasil como vetor da integração regional sul-americana: possibilidades e limites'. *Plataforma Democrática*, Working Paper nº 17, julho de 2011.

SADER, Emir. *A nova toupeira. Os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *As esperanças não vingaram*. Buenos Aires: OSAL (Observatorio Social de América Latina), ano VI, n. 18, 2006.

SANAHUJA, José Antonio. 'Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR'. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; *El regionalismo "post-liberal" en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2012.

SANDOVAL PALACIOS, Juan Manuel. 'El Proyecto de Integración y Desarrollo de Mesoamérica (Proyecto Mesoamérica) en el marco de la Alianza para la Seguridad y Prosperidad de América del Norte (ASPAN), la política de Seguridad Democrática y la Iniciativa Mérida'. IN: _____.; ÁLVAREZ, Raquel; FERNÁNDEZ MORENO, Sara Yaneth. *Planes Geoestrategicos, desplazamientos y migraciones forzadas en el área del proyecto de desarrollo e integración de Mesoamérica*. México: RMALC, 2011.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. 'A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina'. *Cadernos PROLAM/USP*, v. 22, p. 25-37, 2013.

_____. 'Ecologia X Capitalismo: dilemas da *Revolución Ciudadana* no Equador'. São Paulo: revista Outubro, n. 20, 2013.

_____. 'Projeção regional brasileira aos olhos dos Estados Unidos e na pele do Paraguai'. Artigo no prelo.

_____. "A problemática brasiguai e os dilemas da projeção regional brasileira." In. DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (org.). *O Brasil e Novas Dimensões da Integração Regional*. Brasília: IPEA, 2014 (no prelo).

SCHAVELZON, Salvador. "La lucha contra una carretera revitaliza el debate y el movimiento social en Bolivia". Número 27, febrero 2012, Revista Online Desinformémonos, México.

SCHUTTE, Giorgio Romano. 'Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional'. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.2, Jul-Dez 2012.

SILVA, André Luiz Reis da . As transformações matriciais da política externa brasileira recente (2000-2010). *Meridiano 47 (UnB)*, v. 120, p. 1-10, 2010.

SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio. 'O papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas.' *Plataforma Democrática*, Working Paper nº 12, julho de 2011.

VERDUM, Ricardo (org.). *Financiamento e Megaprojetos. Uma interpretação Da dinâmica regional sul-americana*. Brasília: Inesc, 2008.

VIGEVANI, Tullo et al . O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 51, n. 1, 2008

_____.; CEPALUNI, Gabriel. 'Política externa de Lula: a busca de autonomia pela diversificação' In. _____. *A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Ed.

UNESP, 2011